



**Município de Santa Marta de Penaguião  
Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS  
DO CONCELHO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO,**

**NO DIA 30 DE ABRIL DE 2026**

**N.º 04/2026**

**----- MESA DA ASSEMBLEIA: -----**

----- Presidente – José Emílio Esteves da Silva, 1.º Secretário – Manuel Aguiar Rego  
2.ª Secretária – Paula Cristina Morais Guedes Borges -----

**----- PRESENÇAS: -----**

**----- Deputados Municipais Eleitos pelo PS: -----**

----- Rosa Maria Martins Cardoso, Cesário Pinto Canário, Sílvia Cristina Carvalho  
Pereira, Luís Manuel Frederico Moreira, David Manuel Conde Madureira Costa  
Almeida, Catarina da Conceição Silva, Pedro Miguel Amaral Madureira Sampaio, José  
Manuel Amorim Almeida, Fernando César Moreira Lopes Borges, Catarina Pinto  
Guedes, José Afonso Matos Castro Gonçalves, José Tiago Teixeira Sequeira e Marco  
Paulo Nogueira Teixeira. -----

**----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Cumieira Sempre”: -----**

----- Américo Salgueiro Garcia. -----

**----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Por Medrões Sempre”: -----**

----- Branca Maria Magalhães Bernardo Mota. -----

**----- Deputados Municipais Eleitos pela coligação PPD/PSD e CDS-PP: -----**

----- Jorge Miguel Ribeiro Teixeira, Tiago Borges Magalhães, Tiago Artur Sequeira  
Cardoso, Maria Manuel Aires Nogueira e Luís Filipe Teixeira Ribeiro. -----



----- **Deputados Municipais Eleitos pelo CHEGA:** -----

----- Luís Manuel Esteves Catarino. -----

----- **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** António Paulo Monteiro Pinto Conceição, Gil Carlos Lourenço Teixeira e Maria Enide Gouveia da Silva Menezes Seixas. -----

----- **AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS:** Não houve. -----

----- **PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL:** Sílvia da Fonseca Silva, Presidente da Câmara Municipal; Daniel Filipe Matos dos Santos, Vice-Presidente da Câmara Municipal; Fernando Mourão Gonçalves, Hugo Alexandre Cunha Sequeira e Carla Maria Pinto Borges Frederico Guedes, Vereadores da Câmara Municipal. -----

----- **SECRETARIOU:** Emanuel Rodrigues Costa, Chefe da Unidade de Contratação Pública. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** 18:00 HORAS. -----

----- **ATA DA SESSÃO:** Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da sessão. --

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- **1.1** – Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária realizada no dia 24 de fevereiro de 2026. -----

----- **1.2** – Leitura resumida do expediente, prestação de informações e esclarecimentos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da correspondência recebida. -----

----- **1.3** - Assuntos de Interesse Municipal. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1** – Apreciar a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- **2.2** – Deliberar sobre a proposta de alteração do n.º 1 do artigo 30.º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião. -----

----- **2.3** – Eleição de um representante das Juntas de Freguesia, para integrar o Conselho Municipal da Educação (alínea d), n.º 1, artigo 57.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro); -----

----- **2.4** – Deliberar sobre a atribuição de Medalha de Mérito Municipal - Grau Ouro, ao Sr. Padre Dr. Manuel Joaquim Pereira Teixeira Mourão (Deliberação da Câmara Municipal de 24 de abril de 2026); -----

----- **2.5** – Deliberar sobre a atribuição da Medalha de Mérito Municipal - Grau Ouro, ao Centro Cultural e Desportivo de São João de Lobrigos (Deliberação da Câmara Municipal de 24 de abril de 2026); -----

----- **2.6** – Deliberar sobre a 3.ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026 (nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de abril de 2026); -----

----- **2.7** – Deliberar sobre a composição do júri do procedimento concursal, para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau em Comissão de Serviço - Chefe de Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, constituído nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, por um presidente e dois vogais efetivos, bem como dois vogais suplentes, os quais foram selecionados de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, sendo que devem exercer funções, preferencialmente, na área dos recursos humanos ou da administração local

autárquica (Nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de abril de 2026); -----

----- **2.8** – Deliberar sobre a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo até ao valor de 1.914.837,94€ (um milhão, novecentos e catorze mil, oitocentos e trinta e sete euros e noventa e quatro cêntimos), para financiamento da contrapartida nacional da componente elegível de investimentos diversos - **Relatório Final e Aprovação** (nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), para efeitos do disposto no artigo 22.º (repartição de encargos) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea c) do n.º 1 do artigo 6 (compromissos plurianuais) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais - Deliberação da Câmara Municipal de 24 de abril de 2026); -----

----- **2.9** – Deliberar sobre a construção de 21 Fogos Habitacionais (nos termos do n.º 2 do art.º 51, da Lei 72/2013, de 3 de setembro- Deliberação da Câmara Municipal de 24 de abril de 2026). -----

----- **2.10** – Deliberar sobre a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo até ao valor de 503.263,14€ (quinhentos e três mil, duzentos e sessenta e três euros e catorze cêntimos), para financiamento da contrapartida nacional da componente não elegível de investimentos diversos - **Relatório Final e Aprovação** (nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), para efeitos do disposto no artigo 22.º (repartição de encargos) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea c) do n.º 1 do artigo 6 (compromissos plurianuais) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do artigo 49.º da Lei

\$  
CP

n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais - Deliberação da Câmara Municipal de 24 de abril de 2026); ---

----- **2.11** – Deliberar sobre a Prestação de Contas e Relatório de Gestão – 2025 (conforme o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de abril de 2026); -----

---- **Ponto 3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão Ordinária do dia 30 de abril de 2026. -----

-----“Começo por cumprimentar a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, funcionários que estão a auxiliar esta assembleia e o digníssimo público que mais uma vez está presente e muito nos honra. Muito obrigado pela vossa presença” -----

----- **1 – PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- Após verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

----- **1.1** – Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária do dia 24 de fevereiro de 2026. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a respetiva ata à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- **1.2** – Leitura resumida do expediente, prestação de informações e esclarecimentos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da correspondência recebida e remetida. -----

----- 1.3 – Assuntos de Interesse Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, abriu o período de intervenção aos Senhores Deputados. -----

-----Solicitou a palavra o senhor deputado, Jorge Teixeira que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras:-----

----- *“Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, senhora Presidente de Câmara e restante executivo, senhores Presidentes de Junta, caros Deputados, Senhores Funcionários, estimado público, senhoras e senhores. ---*

----- *Muitos de nós certamente, vimos o programa "Conta Lá", sobre a Estrada Nacional 2 no nosso concelho. Gostei bastante do programa, mas tenho de confessar que na parte onde os dois membros do executivo (Presidente e Vice Presidente) participaram, me deixou apreensivo. A senhora Presidente, quando questionada sobre soluções para a crise gravíssima que o setor vitivinícola atravessa, refugiou-se na história. Falou-nos de Frei João de Mansilha e de Santa Marta como padroeira do Douro, não elencando uma única medida para a região. Com todo o respeito pela nossa história, eu pergunto diretamente: Quantos depósitos de tratores se enchem de cada vez que se fala nestas duas figuras? Falou também na falta de modernização e na orografia do nosso concelho como entraves ao desenvolvimento económico, o que não entendi. O nosso concelho é menos mecanizado que os restantes do Douro? E a orografia, é diferente? Então como se explica uns estarem melhores que outros? O Douro é um desafio e o que nos falta não é a modernização nas vinhas, é a modernização na estratégia política de apoio ao setor. Ainda no mesmo programa, a*

Sra. Presidente afirmou que se "deixou de canalizar a produção para a Adega Cooperativa". O que aconteceu primeiro? As pessoas deixaram de entregar as uvas por capricho, ou deixaram de o fazer porque deixaram de receber o pagamento? Para terminar, a confissão final na entrevista foi a mais desarmante: a Sra. Presidente admitiu que não sabe como contrariar a crise, nem sabe como sentar à mesma mesa, produtores e engarrafadores. Meus senhores, exige-se menos lições de história e mais planos de ação. O Douro não vive de lendas, vive de gente que precisa de ver o seu trabalho valorizado. Agora, se a entrevista da Sra. Presidente nos deixou apreensivos, a participação no mesmo programa, do Sr. Vice-Presidente, foi verdadeiramente desconcertante. À pergunta "Qual a prioridade para Santa Marta?", andou ali voltas e voltas sem responder, tendo sido o entrevistador amigo e permitido que este tentasse responder mais à frente. De seguida, o Sr. Vice-Presidente falou de três pilares no concelho: o vinho, a castanha e o azeite. Senhor Vice-Presidente esse é exatamente o mesmo discurso que ouvimos em 2013 na tomada de posse do anterior presidente. Estamos em 2026! Passaram treze anos! É irónico que, perante um executivo que eu considero jovem, tenhamos de levar com um discurso de velho, bolorento e sem uma única ideia nova. Falou também em "certificar" estes produtos. Gostava que alguém me explicasse, certificar o quê e como? O que é que este executivo fez, concretamente, pelo azeite ou pela castanha nos últimos anos, para além de os nomear em discursos de ocasião? Quando finalmente teve segunda oportunidade de responder à primeira pergunta sobre a prioridade do concelho, respondeu...o Turismo! Meus senhores, num concelho onde os agricultores não sabem se conseguem pagar as contas, onde a população envelhece e os serviços escasseiam, será que a maior urgência é não haver onde jantar à noite? É essa a

visão estratégica deste executivo? Meus senhores, exige-se que a lição esteja estudada. O que vimos foi um executivo que parou no tempo e que repete frases de há uma década. Santa Marta precisa de soluções que não venham nos livros de 2013. Senhora Presidente, passo agora a um tema que demonstra bem a diferença entre a rapidez com que este executivo anuncia e a rapidez com que executa. Há cerca de três meses, assistimos ao anúncio do cancelamento de todos os eventos culturais e desportivos com o objetivo de poupar um milhão de euros para acorrer aos estragos das intempéries. Passados três meses, o balanço é confrangedor. Gastaram-se cerca de trinta mil euros no muro do Viso, assistimos, há uma semana, a ajustes diretos de vinte e um mil euros para limpezas e remoção de terras. Feitas as contas, gastaram-se cinquenta mil euros até agora com os estragos provocados pelas intempéries, mas anunciou-se dois milhões e meio em prejuízos! Falemos especificamente de Alvações, estiveram três meses com a estrada fechada. Três meses de silêncio para, agora, decidirem fazer um desvio em terra? Se havia capacidade para intervir, porque não se avançou para a obra definitiva? O nosso receio, Senhora Presidente, é que, como acontece tantas vezes neste concelho, o "provisório" de hoje passe a ser o "definitivo" de amanhã, por falta de verba ou de vontade. Senhores Deputados, vamos ser frontais, o que me parece tudo isto é marketing político puro. Por um lado, camuflar a fragilidade financeira de um município que tem uma estrutura de pessoal pesada e asfixiante, Por outro, ficar "quietinhos" à espera da "bazuca" do Estado Central, para que o Governo pague a conta enquanto os senhores poupam o dinheiro que devia ser investido na comunidade. Senhora Presidente, a gestão de uma autarquia faz-se com obra e transparência, não com anúncios de "catástrofe" para esconder dificuldades de tesouraria. Quando é que o milhão de euros prometido chega realmente às estradas

e muros de Santa Marta. Por último, quero saudar o facto de, finalmente, se avançar com a requalificação do Auditório Municipal, registando com agrado que o projeto inclui painéis solares e baterias para autoconsumo. Uma obra urgente e uma bandeira que esta bancada sempre defendeu. Saudamos também a intervenção no Parque Infantil da Vila. Perdi a conta às vezes que a minha bancada exigiu esta obra. Valeu a pena insistir. Mas se no Auditório acertaram no passo, no Centro de Saúde parece-nos que ficaram apeados na estação. É lamentável que Santa Marta tenha muito provavelmente perdido a oportunidade de ouro de requalificar o seu Centro de Saúde por pura falta de celeridade e interesse em cumprir prazos. Enquanto municípios como Chaves ou Mondim de Basto já têm os seus centros de saúde entregues e pagos quase na sua totalidade, nós ficámos a ver passar os fundos por não termos lançado o concurso a tempo. Quem perde? O concelho! - Sra. Presidente, há uns valores na contratação pública que gostava que me fossem explicados; doze mil euros para um "Plano da Igualdade e Não Discriminação": Pode a senhora Presidente explicar, em concreto, o que vai ser feito? Que ações práticas, palpáveis, vão resultar deste plano? Depois, trinta mil euros numa Prestação de Serviços de Consultadoria, a uma empresa sediada no Boi Morto: perguntar-lhe que serviços são estes, e para quê? E depois, vinte e nove mil euros em "Serviços de Comunicação e Multimédia" prestados por uma jovem do nosso concelho: Em que consiste esta prestação de serviços? Senhores deputados, para terem uma ideia, isto é tanto como o município tinha gasto até à semana passada nas intempéries. Atenção, que com esta pergunta não estou a colocar em causa a competência da jovem que vem prestar o serviço como muitas vezes tentam camuflar que eu faço isso, apenas perguntar, uma pergunta genuína, se não existe no município, um funcionário com competência para desempenhar a

*mesma função, sem termos de repetidamente, recorrer a prestações de serviços. Muito obrigado.” -----*

*----- Solicitou a palavra o senhor deputado, Cesário Canário que após cumprimentar todos presentes, proferiu as seguintes palavras: -----*

*----- “Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, permita-me que o cumprimente e na sua pessoa os restantes elementos da mesa. Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vice-Presidente, senhora Vereadora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores Deputados, senhores Técnicos do Município, digníssimo público, minhas senhoras e meus senhores. Não era por aqui que eu queria começar, mas, sobre a atuação do senhor deputado Jorge, eu peço desculpa mas, eu acho que ele se enganou no destinatário porque as críticas que tinha a fazer sobre o tempo que leva a resolver os problemas, eu acho que se enganou Senhor deputado, se estivesse atento, o governo da Nação tem inúmeros problemas para resolver e há gente que está sem habitar a sua própria casa sabe há quantos meses senhor deputado? Desde que as intempéries começaram. Portanto desse ponto de vista acho que fez aqui críticas gratuitas, sem fundamento. Tenho a certeza absoluta que o executivo tudo fez, tudo faz, e tudo fará para que as coisas sejam o mais céleres possíveis. Eu acho que não há nenhum, não conheço nenhum Presidente de Câmara que esteja confortável com uma situação destas, mas há coisas que não se podem fazer, fica aqui este reparo. Eu tenho aqui dois pontos que me parecem da maior importância, porque nunca tive problemas em fazer mea culpa daquilo que não corre bem. E a primeira coisa, o primeiro reparo que eu faço é que na intervenção na sessão solene do 25 de Abril, eu não tive a capacidade de fazer uma apreciação e de falar naquilo que de mais gratificante se trouxe aqui que foi a*

*interpretação daqueles dois jovens da escola. De facto, numa sessão sobre o 25 de Abril, onde se trata apenas de uma comemoração, de uma festa porque o 25 de Abril nem é do partido A ou do partido B, o 25 de Abril é de todos nós e nesse sentido eu de facto falhei e não fiz aquilo a que estaria obrigado e portanto aproveito esta oportunidade para me dirigir aos alunos com um profundo reconhecimento do que nos trouxeram aqui porque, envolver esta juventude no 25 de Abril é de facto um ato muito gratificante. Só pode apreciar isso quem de facto sabe o que é ter vivido antes e depois do 25 de Abril. No meu caso eu antes passei por lá mais de 20 anos. Depois quero também agradecer, desejar um obrigado muito especial ao professor que os acompanhou e aproveito aqui a presença da nossa Diretora da Escolar para que, na medida do possível, transmita que de facto eu falhei, não estive à altura, não os ignorei, são coisas que passam. Depois também falhei porque não fiz o mesmo à Banda Musical da Cumieira. A Banda trouxe-nos aqui um momento especial. Isto aqui faz-me lembrar que Santa Marta respira cultura Senhora Presidente, e é muito gratificante. Eu queria aqui aproveitar e dizer ao Senhor Presidente da Junta da Cumieira que seja o destinatário de dar conta do meu falhanço, porque de facto a Cumieira tem um ativo cultural da maior importância. Transmitir-lhes também que a Banda de Música não é da Cumieira, é do nosso Concelho, eu sou de Fontes e ela já é a nossa Banda de Música nas nossas festas. Aproveitando este momento, queria agradecer ao executivo que tão criticado é. Em primeiro lugar dizer que estou muito satisfeito porque para quem não fazia rigorosamente nada já trás em execução as obras da estrada do Marão, Parque Douro, requalificação dos espaços exteriores da Direção do Douro Histórico em Santa Marta de Penaguião, a reabilitação da Escola em Alvações do Corgo e do Auditório Municipal e como todos sabemos, para além*

disso, temos que o volume destas obras já ultrapassa os três milhões e meio de euros. E depois falar também que é importante, para além das obras já em curso, falar também das obras adjudicadas. Pavimentação de arruamentos em vários locais do Concelho. Pavimentação, reabilitação da Ribeira da Meia Léguas e do afluente do Rio Aguilhão e reabilitação do Bairro dos Retornados. Ora assim sendo me parece sem dúvida nenhuma que o executivo está no bom caminho e esperamos todos que consigam fazer exatamente aquilo a que se comprometeram com os penaguienses, é meu desejo que tudo corra assim. Muito obrigado.” -----

-----Solicitou a palavra o senhor deputado David Almeida, que após cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssima Sr.ª Presidente da Câmara e restante executivo, excelentíssimos deputados da Assembleia Municipal, excelentíssimos senhores Presidentes de Junta, funcionários do município e público no geral. Venho aqui falar de quatro coisas importantes que aconteceram no nosso Concelho. A primeira o Parque Infantil. Há obras que se medem em números e outras em sorrisos. A conclusão do Parque Infantil em Santa Marta na Freguesia de S. Miguel de Lobrigos é uma dessas conquistas que se sentem no coração. É um espaço que nasce para criar alegria nas nossas crianças onde cada sorriso é um sinal de vida, de esperança de futuro. Mais do que um Parque é um gesto cuidado com a comunidade. É um compromisso com as gerações que aí vêm porque, quando se investe nas crianças, constrói-se um amanhã mais bonito. Mais uma vez, o executivo do Partido Socialista está de parabéns, porque em tão pouco já fez tanto. Obrigada Senhora Presidente. Queria falar agora do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios e expressar o meu

*profundo reconhecimento ao executivo municipal, às juntas de freguesia e aos senhores Párocos, pela inspiradora iniciativa de valorização do nosso património religioso. Nos dias 17 e 18 de Abril, as portas das nossas igrejas e capelas, abriram-se não só ao público mas também, à partilha, à memória e à identidade como um todo. Cada visita nacional e internacional foi mais do que um simples momento, foi um encontro com a história, com a alma e com as raízes da nossa Terra, acolhendo com generosidade todos aqueles que nos quiseram visitar. Este gesto simples e grandioso ao mesmo tempo, reforça o orgulho naquilo que somos e na riqueza que herdamos. Que esta luz continue a guiar-nos na preservação e utilização do nosso património para que nunca se percam as histórias que vivem em cada pedra e em cada espaço sagrado. Santa Marta de Penaguião está de parabéns. Já agora falar também da noite de fados. Tivemos a décima quarta edição que contou com concorrentes muito surpreendentes e de diversas idades. E agora queria falar da parte que eu vi e interpretei do Conta Lá, onde mostrou que Santa Marta é muito mais do que um ponto no mapa ao longo da EN2. É um território vivo, cheio de alma onde cada paisagem guarda uma história e cada pessoa dá continuidade a uma herança construída com esforço, orgulho e dedicação. No coração do Douro em Santa Marta de Penaguião, a terra conta connosco através das vinhas que se estendem pelas encostas, pelo ritmo das estações que movem o trabalho agrícola e da sabedoria transmitida de geração em geração. Aqui nada é superficial, tudo tem profundidade, identidade e liberdade. Quem nos visita não encontra apenas beleza natural, encontra autenticidade, encontra o silêncio bom das manhãs entre os vinhedos, o calor das pessoas que recebem de braços abertos e a simplicidade de uma vida dedicada à terra. É esse conjunto de sensações que transforma cada visita numa experiência que fica na*

*memória e no coração. Este Concelho abriu-se ao País e ao mundo para contar aquilo que realmente é, um lugar de histórias reais, de tradições que persistem ao longo do tempo e de um património romano que merece ser valorizado e partilhado. Um convite para descobrir sentir e levar ao colo esta identidade duriense. E porque reconhecer que quem trabalha pelo território é também parte desta história, deixo uma palavra de profundo agradecimento e de parabéns à Senhora Presidente da Câmara Municipal pelo empenho, pela dedicação e pela visão em promover o Concelho, valorizando as suas gentes, tradições e o seu futuro. O seu trabalho é essencial para que Santa Marta continue a afirmar-se com orgulho, autenticidade e ambição.” -----*

*-----Solicitou a palavra a Senhora Presidente da Câmara, que depois de cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras:-----*

*----- “Muito boa tarde a todos. É um gosto ver uma sala tão composta. Sejam bem-vindos. Senhor Presidente, muito boa tarde, cumprimento-o a si e restante mesa e a todos os colegas do Executivo, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, colegas do município. Senhor deputado, relativamente à conversa confesso que nunca mais revisei, mas também, tenho a certeza que palavras soltas descontextualizam. Portugal local, eu nunca falo em produtores e engarrafadores, falei de certeza em produtores e cooperativas, porque achava que eles deviam juntar-se e não temos aqui a televisão para rever. Também devia ter usado que eu tenho noção de que o disse, apesar do programa ser sobre a EN2, falou-se de tudo menos da EN2 e a Presidente da Câmara se calhar foi a pessoa que menos falou daquilo tudo e falou uma única vez, portanto está tudo dito. Tanta coisa que o senhor ouviu, que eu nem tinha a noção que tinha falado tanto. Nem dei conta. Deveria ter usado também aqui que eu disse que não me sentia habilitada para discutir o Douro, nem sinto, nem tenho*

a pretensão de dizer que tenho soluções para resolver um problema que vem de há décadas, séculos e que pessoas muito mais instruídas e capazes que eu, não o conseguiram resolver. Depois disto não tenho mais nada a acrescentar. Quanto ao vinho, à castanha e ao azeite, a União Europeia discorda de si. Avizinham-se uma série de avisos que valorizam mais uma vez os produtos endógenos, portanto o Senhor Vice-Presidente, tem todo o meu apoio para continuar a batalhar nisso e convido todos a pensarem connosco naquilo que os nossos produtos endógenos, que nunca estão fora de moda e o que é que os nossos produtores nos podem trazer como mais-valia financeira e desenvolvimental. Foi deste executivo que iniciou em Outubro de 2025. Depois deixe-me dizer uma coisa engraçada, a todos. Eu estou assim um bocadinho perdida nos dias, porque isto de não ter fins-de-semana às vezes baralha-nos um bocadinho. Não sei se foi esta semana ou na semana passada apetecia-me ir jantar fora e como sabia que em Santa Marta não iria conseguir, fui à Régua e não havia nada aberto. Portanto estou em crer que se alguém tiver a ligeireza de abrir à segunda-feira em Santa Marta, vai ganhar com isso, os restaurantes e nós, portanto, esta questão de que o problema de jantar à noite não é importante, se calhar de grão a grão enche a galinha o papo e se calhar se nos fossemos habituando a certas coisas, porque eu tive de ir a Lamego, nem em Santa Marta nem na Régua, encontrei onde jantar. Mas isto também é só para fazer um comentário curioso. Depois vou-lhe só dizer assim, a Câmara é uma instituição de bem, felizmente, e há uma série de ações que estão a ser feitas e que ainda estão em procedimento financeiro. Eu compreendo perfeitamente o desconhecimento, não é crítica acredite. Além dos estudos que já foram feitos, que ainda não foram pagos, temos uma série de outras situações que terei todo o gosto de encaminhar para os senhores deputados, do que

já tem sido feito, nomeadamente e esse esqueceu-se, o pagamento de 40 mil euros de horas de máquinas, portanto isso já está pago e já deve ser do conhecimento geral. O dinheiro dos eventos, não estamos a falar do pega lá dá cá. Não estamos a falar de dinheiro direto. Eu pensei que não era preciso explicar isto assim, tintim por tintim. O que nós e bem fizemos, porque não nos vai chegar, nem de longe nem de perto, foi ficar confortáveis. Quando o dia acabou hoje, acabou com a minha Chefe de Divisão, a dizer-me que o muro de S. Miguel, da Variante, que não vem das intempéries, mas que piorou com as intempéries, tem lá um buraco e vamos ter de intervir o mais rápido possível. Requer uma nova avaliação, requer uma nova análise, vai requerer uma intervenção mais profunda, portanto mais dinheiro. Nós não precisamos de nada, mas assim só por alto, Carvalhais meio milhão, Alvações trezentos mil euros e S. Miguel mais trezentos mil euros e o que eu não achei bem e continuo a não achar e faria sempre aquilo que fiz, foi gastar nem que fosse quinhentos euros nos eventos grandes, naqueles eventos sem os quais nós sobrevivemos. Estamos todos tristes é claro mas pode ser que a gente vá às festas das freguesias. Há festas em todas as freguesias, portanto, o que eu não achei por bem foi canalizar dinheiro para eventos, quando vou precisar de valores que não estava à espera para situações que não estava a contar, é a minha decisão, vale o que vale, mas de dizer onde está o milhão da Semana Cultural, isto não funciona assim. Isto são movimentos dinâmicos, situações dinâmicas coisas que vão todos os dias aumentando, variando, decidindo-se. Houve um estudo com o qual não ficamos satisfeitos, pedimos outro. E disse uma coisa engraçada que eu queria referir. Três meses de silêncio não, porque nós fizemos, aliás o nosso colega e líder partidário esteve lá, nós fomos a Alvações e fomos a Carvalhais dar a cara, não estivemos em silêncio. Eu ouvi o que as pessoas

*tinham a dizer e fomos explicar às pessoas. Estivemos também à espera que a IP nos desse autorização por escrito, porque sem a autorização da IP, que também teve que ir lá perceber o que nós queríamos. Tivemos de mandar um desenho da parte dos nossos técnicos a dizer onde é que nós íamos criar a alternativa. Sem isso eles não nos deixavam mexer. Estivemos à espera da resposta e curiosamente a resposta veio por escrito quinta ou sexta-feira da semana passada e o parecer da ponte a dizer que estava segura, que era transitável e ainda bem, veio passado um ou dois dias e conjugou-se tudo e agora está-se a intervir. Portanto não foi silêncio, se calhar alguém não esteve atento ao nosso barulho, nós fomos lá, esclarecemos e não paramos um único minuto, como também não paramos em Carvalhais. Também lá fomos avisar as pessoas e estamos em análise, porque vai demorar muito mais tempo, porque infelizmente é uma situação que está muito mais perigosa do que aquilo que nós gostávamos e existe aqui o pedido, por parte dos fregueses de Carvalhais que nós vejamos com alguma atenção, o compor ou melhorar o acesso a Fiolhais e Fornelos, que é um estradão que existe, para que não estejam tanto tempo isolados e tenham que dar a volta sempre que queiram vir a Santa Marta. E para que tenham a noção, esse caminho que é uma alternativa que vai durar meses, se o fizermos não nos vão chegar quinze mil euros e mesmo assim não vai ficar uma coisa onde todos os carros possam transitar. Para essas situações todas, nós estamos atentos, estamos a tentar e estamos a fazer o melhor que pudemos e sabemos. Depois em relação ao Centro de Saúde, vamos ter para a semana uma reunião e porquê? Porque alguém com responsabilidades, pode não ser verdade, porque daqui de Santa Marta a gente sabe como é, mas houve um comentário de que alguém no Centro de Saúde, terá dito que o executivo socialista terá perdido mais de um milhão e trezentos mil euros de*

*financiamento. E eu como achei de muito mau tom, e ainda vindo de uma pessoa com responsabilidades, e como eu não gosto de ficar em silêncio e como gosto de debater frontalmente, marquei uma reunião com toda a gente para explicar, mas tenho todo o gosto em esclarecer aqui, não tenho presentes as datas, mas penso que em 2023, mais coisa menos coisa e como sempre, a culpa não é das Câmaras nem dos Presidentes de Câmara e pode vir quem quiser, só quem cá está é que sabe. As coisas vêm assim em catadupa, ou existe um aviso ou uma ajuda para Centros de Saúde. Seiscentos mil euros à cabeça para Santa Marta de Penaguião, isto hoje, passados quinze dias vêm os técnicos da ULS, vão ao Centro de Saúde ver as necessidades que são precisas, vem o AVAC, temos de juntar a UCC com a USF, não se justificam dois edifícios, temos de juntar tudo num, isto tem de ser assim, seiscentos mil euros não chegam, porque é preciso juntar mais isto, mais aquilo, mais dois ou três meses de discussão. Isto acontece, é Portugal e com muita tristeza o digo, mas acontece. Pronto e vai ter que ouvir para entender a história. Conclusão, depois de terem decidido para onde iam passar o UCC e que iria ficar no mesmo edifício, alto que isto assim não dá, para aquilo que queremos então vamos procurar, chegamos aos oitocentos mil euros e já estávamos noutro ano. Depois disto tudo, resolvemos pôr os pés a caminho e vamos ver o que se passa com o Centro de Saúde. Vou-lhe dizer assim, dos oitocentos mil euros ainda passamos para o milhão e trezentos mil, tudo isso levou tempo. Mesmo quando passamos para o milhão e trezentos mil, o arquiteto Nuno Gonçalves do Peso da Régua, teve de ir pelo menos duas vezes ao Centro de Saúde, porque não existe um projeto. Não existe projeto físico, do grosso do edifício, não existe um projeto de eletricidade, um projeto de canalização, não existe nada e ele teve de fazer um levantamento à fita. Foi retificado o valor do projeto*

*inclusive, ninguém estava a contar com aquilo e demorou muito mais tempo, isto para não falar no Registo. O Centro de Saúde não estava registado e para isso foram outros longos meses. Entretanto fomos pedindo ao senhor Arquiteto, claro depois há as coisas normais, entretanto o senhor fez o melhor que podia com aquilo que tinha, fomos pedindo e fomos andando e depois o ano de 2025 não foi fácil para ninguém, não vamos tapar o sol com a peneira, mas também é verdade que o projeto puro e duro, só chegou no final de 2025. Quando se reuniram todas as condições para ele ser submetido, em Janeiro, ninguém pegou nele. Tenho muita pena, mas não aceito que culpem o executivo anterior ou o atual, ou os serviços, nem ninguém. Depois, é verdade que a gente sabe, também existem os padrinhos e ainda bem que existem, tenho de arranjar alguns que conseguem saber antes do tempo e que vão aligeirando alguns procedimentos. Estamos a começar, chegará também a altura em que nós conseguimos também aligeirar tudo ou quem sabe, consiga apanhar algum governo da minha cor e depois consiga facilitar algumas entradas ou consiga fazer com que me facilitem algumas portas. É muito triste que alguém ache que um executivo em funções, seja ele de que cor for, fique feliz por perder um milhão e trezentos mil euros para um Centro de Saúde. Digo-vos uma coisa, custa-me um bocadinho menos porque o nosso Centro de Saúde, foi dito por um técnico e é verdade, está muito bem amparadinho, edificado em termos de estado e de condições, é claro que ficaríamos mais contentes se conseguissem juntar tudo num e pôr tudo bonito, mas também estou em crer que o mundo não termina aqui. Vem aí o 20/30 e nós desta vez já temos o serviço feito. Relativamente ao Plano de Igualdade, quando estiver pronto eu mostro, porque eu também estou curiosa para ver o que vai ser proposto. Não é obrigatório mas foi uma opção, uma vez que eu até sou do género feminino. Os planos*

*adotados são recomendados e eu achei que nós deveríamos aceitar a recomendação como tantos outros planos e tantas outras situações que estamos a tentar regularizar e que têm ido à reunião de Câmara. Em que consiste? Provavelmente vamos propor uma série de situações que digam respeito à condição do género e depois terei todo o gosto em o partilhar. Nos serviços de comunicação e multimédia, foi feita a renovação da avença de uma jovem que está a trabalhar connosco, que como sabem, se eu quisesse abrir um concurso tinha estado sete ou oito meses à espera, provavelmente com uma grande quantidade de candidatos. Alguém do Concelho tinha o curso, foi convidado a estar e estamos convencidos de que aliás temos de abrir um concurso para ganhar raízes e ganhar aqui força. Ela vai-se mantendo e vamos renovando, aliás tem razão numa coisa, estou a pensar seriamente, além da jovem, ainda contratar uma empresa com mais experiência, para nos dar aqui mais alavanque. Relativamente aos funcionários é a mesma conversa de sempre, de dois mil e vinte e três a vinte e cinco, aumentamos para cento e sessenta e dois, o número de trabalhadores. Esses trabalhadores têm a ver, se for ver as contratações vai perceber, que foram muitos para a saúde e para a educação. As duas áreas não estão satisfeitas e lá terão a sua razão. Pedem-nos mais colaboradores. É verdade e eu disse isso nos sítios próprios. Com a transferência de competências não vem o efetivo que precisamos para que elas estejam efetivamente cumpridas e que não nos onerem. Não sei como se resolve isto, há muitas coisas que eu ainda não sei como resolver, mas sei que, ainda hoje ao final do dia, estávamos a falar de dois regulamentos obrigatórios de obras, que nos vão custar vinte mil euros. São obrigatórios e não temos na casa quem os faça. Todas as Câmaras têm de ter. Vila Real faz facilmente, para nós é uma dor de cabeça aqueles vinte mil euros. Já se impõe ou já se impunha, no*

meu ponto de vista, que todas as Câmaras tivessem um arquiteto paisagista e não só, para não falar de um geólogo, por causa da nossa geologia e um dia posso-lhe explicar porque estou a falar disto, mas nós para contratarmos, é mais um técnico superior, para não falar num engenheiro eletrotécnico que nos faz imensa falta, um canalizador e uma série de outros, de mais um Engenheiro Civil que precisamos se queremos andar com as coisas para a frente. Vamos continuar com a Estratégia Local de Habitação, desta vez sessenta/quarenta, desta vez aprendemos com os erros do passado, ou seja vamos planejar antes de submeter. Precisamos de uma equipa na rua que vá ver as casas dos privados e que diga se a casa tem ou não condições para andar, que é para que nem a Presidente, nem o Vereador, nem os técnicos se atravessarem ao comprido em certas coisas, para que o município não perca o dinheiro e às vezes dar asneira. Eu não consigo, e os meus dois engenheiros civis, não têm mãos a medir. A verdade é esta, eu também disse isto na Assembleia Nacional de Municípios, como querem que eu faça, não é a dimensão da Câmara, nem o número de habitantes que me limita os técnicos que eu preciso. Eu preciso dos mesmos técnicos, eu preciso das mesmas pessoas, com as mesmas habilidades, com as mesmas capacidades, com as mesmas licenciaturas, que precisa Lisboa ou Vila Real, a diferença é que o meu teto não dá. Temos uma concentração enorme de funcionários entre os trinta e os sessenta e quatro anos e o que eu entendi, enquanto cá estivemos é o que vamos fazer, depois a seguir que julgue quem quiser. Aquilo que nós entendemos foi que aqui, dentro de portas, devem ser dez ou onze que vão embora durante estes dois ou três anos e antes que eles vão embora e caia aqui gente de paraquedas, que não percebe nada, fomos metendo pessoas para os substituir e vamos continuar a fazê-lo. Esta discussão dos funcionários, vai ser ponto forte em

*todas as sessões da Assembleia e eu vou-me dar ao trabalho, muito ou pouco de voltar a responder a isto. Só coordenadores são três e não é tudo assim tão fácil. Há uma série de assuntos só porque se é licenciado na área e nós sabemos que quando se sai da universidade, saímos com uma licença para trabalhar, não saímos com conhecimento de causa. E, portanto, o que nós estamos a fazer já e vamos continuar a fazer, é meter pessoas, colocar pessoas e abrir concursos nos sítios onde sabemos que eles vão ser precisos e dotar com alguma dificuldade, porque também nos custa a nós o valor que gastamos em funcionários. Dotar a casa o mais possível com recursos humanos que nos habilitem a ir mais longe, porque o nosso objetivo é ir mais longe, porque o que nós estamos a procurar é reforçar a nossa capacidade de resposta e garantir a qualidade dos nossos serviços.” -----*

*----- Solicitou a palavra o senhor deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----*

*----- “Antes de responder à Senhora Presidente, responder aqui ao deputado Cesário, que eu sou deputado da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião, não sou membro do Governo, se fosse não estava aqui. Depois dizer-lhe senhora Presidente, genuinamente gostei bastante da explicação que me deu a mim e penso que também aos presentes. Acho que foi bastante esclarecedora. Nós temos de colocar dúvidas, sugestões, haver um certo ataque, entre aspas, mas a explicação foi muito boa. Queria só fazer-lhe duas perguntas que são, relativamente ao Marão e à castanha. Penso que foi em 2016 ou 2017, que houve aquele estudo que foi aprovado aqui. Nunca ninguém soube se houve uma conclusão ou não, foram gastos dezasseis mil euros e gostava que me desse alguma informação sobre isso. Depois relativamente à parte do programa do Conta Lá, não é demeritório falarmos da possibilidade de*

*jantarmos em Santa Marta. Aquilo que eu disse foi que a grande prioridade foi o Turismo e depois o jantar, mas pronto, isso são interpretações. Depois as explicações que aqui foram dadas, faltou apenas responder aquela questão da prestação de serviços do Boi Morto.” -----*

*----- Solicitou a palavra a senhora Presidente, que proferiu as seguintes palavras: ----*

*----- “Estava eu a dizer que qualquer colaborador nosso desde um assistente operacional até um chefe de Divisão, tem direito a fazer formação e nós não olhamos a dinheiro, o mesmo não acontece com os dirigentes, digamos assim e eu achei que, pelo menos durante um ano vamos experimentar. Nós precisamos de algumas orientações de gestão e contratualizamos com uma empresa, da qual eu tive conhecimento, durante um ano só. Se acharmos que contribui, que acrescenta, ótimo. Já nos encaminhou para algumas coisas boas, conhecimentos, bancos investidores. Se surtir algum efeito, continuaremos, se não surtir efeito não continuaremos. Não considero nunca que seja despesa, considero que seja um investimento, às vezes há investimentos que podem não correr bem, vamos ver. Quanto ao estudo, vou ver, tenho uma vaga ideia que foi enviado à CIM, provavelmente para ser feito em conjunto, não tenho presente, mas vou ver.” -----*

**----- 2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”: -----**

**----- 2.1 –** *Apreciar a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----*

*----- Solicitou a palavra o senhor deputado, Jorge Teixeira que proferiu as seguintes palavras: -----*

*----- “No ponto número um, quero questionar algumas coisas. Na página nove temos várias candidaturas e vários projetos aprovados. Todos eles com fundos comunitários,*

*uns pela CIM, outros pedidos diretamente pelo município, julgo eu. A questão é: - se é certo que estes valores e estas obras venham a ser executadas. Existe projeto, está aprovado, vai ser executado e depois relativamente ao Espaço Origem D'Ouro, o espaço vai sofrer obras, vai ser uma biblioteca e se nos pode dizer, em que vai consistir ou a ideia que têm para o mesmo e também que me explicasse em que consiste o projeto Douro Sénior e o Santa Marta mais perto. Obrigado.” -----*

*----- Solicitou a palavra a senhora Presidente, que proferiu as seguintes palavras: ----*

*----- “Se me permite vou começar pelo fim. Santa Marta Mais Perto é todo ele estrutural, ainda não está aplicado apesar de nós já podermos, porque tem a ver com as obras do município. Temos todo um balcão de atendimento reformulado, portanto estamos mesmo a falar de espaço físico e digital. Temos senhas, há um sistema de encaminhamento, o atendimento será todo ele tratado e disposto de forma diferente, os próprios rececionistas - a candidatura é de cinquenta e tal, não é muito, mas nós aproveitamos tudo - o que vem e é mesmo uma estrutura digital. Ainda não foi posto em prática porque como vamos entrar em obras com a Câmara Municipal, toda ela, uma coisa iria colidir com a outra. No entanto e para depois não dizerem que eu disse uma coisa e se fez outra, em breve teremos de colocar as portas automáticas, que é uma obrigação, temos um xis tempo, quer aqui, quer na biblioteca. Teremos de colocar as portas de vidro automáticas, não obstante depois termos de as tirar, que foi o que aconteceu no auditório. Tivemos de colocar o sistema de som que também tinha sido alvo de candidatura e agora tivemos de o tirar para fazermos obras porque, qualquer situação poderia danificá-lo. O Douro Sénior, incluímos lá em cima o mural, portanto isto já vem desde 2024 e vamos poder incluir aqui com algum sucesso os espaços. Portanto espaços lúdicos de arte e aí juntar todos os idosos. Relativamente ao Espaço*

*D'Ouro já está certificado há algum tempo. Eu poderia dizer que é uma biblioteca, mas, era injusto, não se encerra apenas numa biblioteca. Então o que é que nós fizemos, ligamos para a rede Nacional de Bibliotecas, perguntar em termos de espaço físico o que é que deverá conter esta estrutura, para que nós possamos entrar na rede. Ter um espaço para todas as coletividades que precisem de um espaço aberto e amplo onde possam dançar, treinar, reunir, fazer teatro, termos um espaço amplo. Isso assim muito por alto, depois podem consultar o projeto. Depois na parte mesmo da biblioteca, tem os espaços muito divididos que eu também não sabia, as crianças até determinada idade têm um espaço, até outra idade têm outro, aquilo que nós fazemos agora, aquilo que dividimos com prateleiras, o que está dividido na nossa biblioteca, depois acontece em espaço real contemplando as necessidades reais. Tem ludoteca, tem um espaço de coworking, embora os lugares sejam reduzidos. Também metemos uma candidatura, mas ainda não tivemos resposta. Também tem espaços onde se podem fazer videoconferências, ou seja, locais de estudo individual. Por isso, dizer que é uma biblioteca só por si é reduzir um bocadinho o projeto. É um projeto muito interessante. Neste momento estamos pendentes do nosso empréstimo, assim que tudo esteja determinado para conseguir a componente elegível e a componente social não elegível, avançaremos e iremos fazer tudo aquilo que aqui está aprovado. Estamos dependentes de uma situação que já veio aqui a reunião, que é o nosso empréstimo e assim que tudo esteja terminado para garantir a componente elegível e a componente não elegível, avançaremos.” -----*

**----- DELIBERAÇÃO: Tomado Conhecimento. -----**

**----- 2.2 – Deliberar sobre a proposta de alteração do n.º 1 do artigo 30.º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião. -----**

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Cesário Canário, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“O Grupo Municipal do Partido Socialista e por Medrões Sempre, apresenta uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião, que assenta numa alteração do n.º 1 do artigo 30.º do Regimento da Assembleia Municipal. Considerando que o regimento da Assembleia Municipal deve assegurar o adequado funcionamento dos trabalhadores e cooperar com o espírito democrático, a intervenção da Presidente da Câmara nas sessões constitui um elemento essencial para esclarecimento dos assuntos em apreciação, a possibilidade de prestar informações conexas com os assuntos abordados, contribui para um debate mais completo, transparente e esclarecido, reforçando a articulação institucional entre os órgãos municipais. O Grupo Municipal do PS e Por Medrões Sempre, propõe que seja alterado o n.º 1 do artigo 30º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião, passando a ter a seguinte redação. Art.º 30 n.º 1 - Manter a redação atual e acrescentar “informações conexas com os assuntos abordados.”* -----

-----Solicitou a palavra o senhor deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Senhores deputados, como viram ainda hoje, eu não tenho problema algum em fazer perguntas diretas à Senhora Presidente. Aquilo que eu fiz na última assembleia e também noutras no passado, para quem se lembra, serviu apenas para que aqui todos refletissem sobre o que estamos aqui a fazer e para o que fomos eleitos. Na última assembleia, fiz várias perguntas à vossa bancada e não me responderam e ao longo dos anos refugiam-se na figura do, no caso agora, da Presidente, para não*

*responderem. Fica provado assim que ao longo dos anos, tirando os elogios de ocasião, os senhores têm pouco interesse no confronto de ideias, tornando esta assembleia “um confronto” entre a minha bancada e o executivo e a prova disso é este pedido de alteração, que é para uma vez mais se refugiar na pessoa da senhora Presidente. Mas digo-lhes mais, nós vamos votar a favor desta proposta porque não temos problemas nenhuns por debater seja com quem for. Muito obrigado.” -----*

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Cesário Canário, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Senhor deputado, como sabe e tem consciência disso, isto resulta exatamente daquela atuação que o senhor teve nessa dita reunião. Devo dizer-lhe com todo o respeito, cada um tem a sua opinião, mas permita-me que lhe diga que foi deselegante, muito deselegante com a Senhora Presidente. Como sabe interrompeu-a, com um jeitinho quase a mandava calar. Nesse sentido eu acho que o senhor tinha outras formas de fazer prevalecer aquilo que era o seu ponto de vista, que nós devemos discordar, mas temos que respeitar e permita-me que lhe diga, usou e abusou, aquela interpelação tão deselegante e tão inoportuna levou-nos de facto a que tomássemos esta posição. Obrigado.” -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- **2.3** – Eleição de um representante das Juntas de Freguesia, para integrar o Conselho Municipal da Educação (alínea d), n.º 1, artigo 57.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro); -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Cesário Canário, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “O Grupo Municipal do PS e Por Medrões Sempre, propõe a eleição de um

*representante da Junta de Freguesia para integrar o Concelho Municipal de Educação - Catarina Pinto Guedes.” -----*

**----- DELIBERAÇÃO: Aprovado, por maioria, com 19 votos a favor e 5 votos em branco, designar a Senhora Catarina Pinto Guedes, Presidente da Junta de Freguesia de Alvações do Corgo, de acordo com lista apresentada pela Bancada Municipal do Partido Socialista e “Por Medrões Sempre”. -----**

**----- 2.4 –** Deliberar sobre a atribuição de Medalha de Mérito Municipal - Grau Ouro, ao Sr. Padre Dr. Manuel Joaquim Pereira Teixeira Mourão (Deliberação da Câmara Municipal de 24 de abril de 2026); -----

----- Solicitou a palavra a senhora Deputada Sílvia Pereira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, cumprimento a senhora Presidente da Câmara, senhor Vice-Presidente, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais e senhores Presidentes da Junta, minhas senhoras e meus senhores muito boa noite. Viemos aqui por várias questões, hoje para prestar homenagem e acima de tudo um gesto de profunda gratidão. Em nome de todos, é uma honra atribuir a medalha de mérito ao Senhor Padre Manuel Joaquim Pereira Teixeira Mourão, nascido em Louredo a 3 de Agosto de 1939, desde cedo abraçou um caminho de entrega e de missão. Entrou no seminário de Vila Real em 1950 e desde então traçou uma vida guiada pelo serviço, pela fé e pelo compromisso com todos nós. Foi ordenado diácono em 1972 e no ano seguinte a 30 de Março de 1973, foi ordenado Sacerdote em Roma na Basílica de S. João de Latrão, o que assinalou o início de uma vida inteira dedicada à comunidade. Em 1975 foi nomeado pároco de Sever, Louredo, Fornelos, Fontes e S. João de Lobrigos, assumindo ao longo dos*

anos também as paróquias de Sanhoane, Medrões, S. João de Lobrigos e Alvações do Corgo. Essa formação levou-o por diversos caminhos do saber, da Filosofia à Teologia Pascal, da Psicologia catequética à formação em Bruxelas sempre com o propósito de melhor servir. Mas é neste regresso à sua terra e às suas gentes que encontramos a sua verdadeira missão. Durante décadas nas várias comunidades foi presença constante, próxima e incansável. Mais do que um sacerdote foi conselheiro, amigo e um porto de abrigo para muitos. No tempo em que os recursos escasseavam, nunca faltou disponibilidade. Lecionou, transmitiu conhecimento, formou pessoas sempre com dedicação e elevado sentido de responsabilidade. E porque amar a terra é também preservar a sua memória, dedicou-se ao estudo das suas raízes, à procura das suas tradições e das histórias que compõem a identidade deste Concelho. Em 2025, terminou as suas funções paroquiais, mas não termina nem vai terminar, o impacto do seu trabalho, nem o exemplo da sua vida. Hoje esta medalha não é apenas um reconhecimento formal, é um símbolo de respeito, de admiração e de carinho de toda a comunidade. Senhor Padre Mourão, o seu percurso é uma lição de vida, a sua dedicação tocou gerações, em nome de todos o nosso mais sincero e emocionado obrigado. Bem-haja.” -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Luís Catarino, que depois de cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Excelentíssima Presidente da Câmara, prezados vereadores e prezada vereadora, senhoras e senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta, penaguienses. Na qualidade de Deputado municipal, venho por este meio expressar o meu sentido de voto favorável à proposta de atribuição da Medalha de Mérito, ao

*Dr. Manuel Joaquim Pereira Teixeira Mourão. A trajetória do Sr Padre Mourão, é um testemunho de altruísmo e notável dedicação à comunidade de Santa Marta de Penaguião. O seu trabalho quer voluntário nas diversas instituições, quer profissional nas escolas, ao longo dos vários anos foi fundamental, bem como pelo apoio prestado aos cidadãos mais vulneráveis. Considero que a sua atuação transcende o dever cívico e espírito de serviço público. Pelo exposto, entendo ser inteiramente justa e merecida a condecoração proposta, reconhecendo o Sr Padre Mourão como um exemplo para todos os munícipes. Muito obrigado.” -----*

**----- DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----**

**----- 2.5 –** Deliberar sobre a atribuição da Medalha de Mérito Municipal - Grau Ouro, ao Centro Cultural e Desportivo de São João de Lobrigos (Deliberação da Câmara Municipal de 24 de abril de 2026); -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Fernando Moreira, Presidente da Junta de São João de Lobrigos, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “*Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em si cumprimento os restantes elementos da mesa, senhora Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo, caros Deputados Municipais, colegas Presidentes de Junta, funcionários municipais, digníssimo público. A proposta de atribuição da Medalha de Mérito Municipal a Centro Cultural e Desportivo de Lobrigos é uma decisão que merece o nosso total reconhecimento e concordância. Mas mais do que isso, é uma decisão que honra a Freguesia de Lobrigos - São João Baptista e o Concelho de Santa Marta de Penaguião. Porque distinguir uma instituição com cinquenta anos de trabalho efetivo na comunidade é, acima de tudo, reconhecer aquilo que verdadeiramente constrói um concelho: as suas gentes, as suas associações e o seu compromisso diário com a*

nossa terra. O Centro Cultural e Desportivo de Lobrigos é um exemplo claro disso mesmo. Durante cinco décadas, foi capaz de unir gerações, dinamizar a vida cultural e desportiva e afirmar-se como um dos pilares da nossa freguesia e do nosso concelho. Falamos de uma coletividade que nunca se limitou a existir. Interveio, criou, mobilizou e manteve sempre uma ligação muito próxima com a comunidade. E isso tem um valor que importa sublinhar nesta assembleia. O valor do trabalho contínuo mas absolutamente determinante para a coesão social e para a divulgação das raízes culturais que todos desejamos e defendemos. Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Lobrigos – São João Baptista, não posso deixar de manifestar o orgulho profundo que esta distinção representa para a nossa freguesia. Quero, por isso, saudar o Executivo Municipal na pessoa da senhora Presidente de Câmara pela iniciativa. Porque ao valorizar o Centro Cultural e Desportivo de Lobrigos, está também a afirmar uma visão. A de que o desenvolvimento de um território faz-se com as suas coletividades, com o seu tecido associativo e com aqueles que, todos os dias, contribuem para o bem comum. Esta medalha é assim, mais do que uma distinção simbólica. É um sinal claro de respeito por um percurso de cinquenta anos construído com dedicação, com resiliência e com um profundo sentido de comunidade. Por tudo isto, acredito que o voto de toda a Assembleia Municipal será favorável, com a certeza de que estamos a reconhecer a história, o legado e o exemplo que o Centro Cultural e Desportivo de Lobrigos representa: Um orgulho da freguesia e um património de todo o concelho. Muito obrigado.” -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- **2.6 – Deliberar sobre a 3.ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026 (nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da**

alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de abril de 2026); -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- **2.7** – Deliberar sobre a composição do júri do procedimento concursal, para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau em Comissão de Serviço - Chefe de Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, constituído nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, por um presidente e dois vogais efetivos, bem como dois vogais suplentes, os quais foram selecionados de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, sendo que devem exercer funções, preferencialmente, na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica (Nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de abril de 2026); -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

-----“É só para perguntar se a pessoa já existe, ou seja, se já está a trabalhar na Câmara ou se já está adstrita ao serviço da Câmara, se vai ser algo interno ou será algo externo ou, se poderá ser outra pessoa que ainda não esteja aqui na Câmara a trabalhar ou a ocupar esse lugar.” -----

----- Solicitou a palavra a Senhora Presidente, que proferiu as seguintes palavras: ---

----- “Neste momento, a Engenheira Ana Martinho já está a trabalhar connosco. Espero muito sinceramente que ela concorra e que entre, porque foi uma pessoa que eu fui procurar saber, ela e muitas outras. Posso citar outras. Andamos desde Outubro à procura de um Chefe de Divisão que cumpra aquilo que nós precisamos. Entre

*arquitetos, engenheiros, desde engenheiros do ambiente a engenheiros civis, fizemos bastantes convites a quem quisesse vir trabalhar connosco, tivemos a sorte e foi mesmo isso. Há que aproveitar aquelas pessoas que nas Câmaras estão limitadas porque no lugar existe alguém, por norma é assim. Portanto, pedimos aqui uma mobilidade, falei com a Helena a Presidente de Sabrosa, ela acedeu e entretanto a Ana está a trabalhar connosco. Estamos muito satisfeitos e a torcer para que tudo corra bem.*-----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- **2.8** – Deliberar sobre a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo até ao valor de 1.914.837,94€ (um milhão, novecentos e catorze mil, oitocentos e trinta e sete euros e noventa e quatro cêntimos), para financiamento da contrapartida nacional da componente elegível de investimentos diversos - **Relatório Final e Aprovação** (nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), para efeitos do disposto no artigo 22.º (repartição de encargos) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea c) do n.º 1 do artigo 6 (compromissos plurianuais) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais - Deliberação da Câmara Municipal de 24 de abril de 2026); -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Relativamente a este ponto, vamos contextualizar. Portanto, este empréstimo destina-se a dotar a componente financeira municipal para a realização de vários projetos indicados aqui, aqueles de que temos vindo a falar. E para nos contextualizar,*

*o projeto à medida que vai sendo realizado, precisa de dinheiro e então recorrem ao financiamento. Ora se este dinheiro for todo utilizado, não haverá retorno para o município, ou seja, não é um adiantamento para iniciar a obra e depois iremos receber esse dinheiro, não. Trata-se da componente que cabe à Câmara pagar. Eu em relação a este empréstimo, percebo a razão deste empréstimo, aliás percebo muito mais este empréstimo que o milhão e seiscentos mil euros que foram pedidos para alcatrão e outras coisas. Eu quero ressaltar é o valor e nesse valor também se vê um pouco da saúde financeira do município. Porque um município com uma boa saúde financeira, não necessita de recorrer a empréstimos avultados para pagar a componente municipal nos projetos, ou pelo menos em valores tão avultados. Senhora Presidente, neste empréstimo pedem trinta mil euros para uma componente da requalificação dos Paços do Concelho, e há valores como trinta, quarenta, cinquenta, sessenta mil euros que é a componente nacional e o município opta por um empréstimo, em vez de assegurar com fundos próximos essa vertente. E isto lá está, só demonstra a incapacidade financeira do município. Eu entendo que se fosse o caso de uma grande obra ou de um valor bastante mais avultado, entendo que seja necessário recorrer a um empréstimo. Nestes valores tão elevados deve ser a boa saúde financeira do município, pagar estas componentes com fundos próprios e não captarmos com esta dívida durante dez ou quinze anos as gerações futuras. Muito Obrigado.” -----*

**----- DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----**

**----- 2.9 –** Deliberar sobre a construção de 21 Fogos Habitacionais (nos termos do n.º 2 do art.º 51, da Lei 72/2013, de 3 de setembro- Deliberação da Câmara Municipal de 24 de abril de 2026). -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Relativamente a este ponto, a construção dos vinte e um fogos, isto não é um projeto novo e envolve da parte do município um esforço financeiro de um milhão e cem mil euros. Eu gostaria de perguntar qual é que é o valor total do projeto e depois fazer esta pergunta e sem maldade, é que nos estamos aqui para informar as pessoas. Este projeto já devia ter sido concretizado no âmbito da Estratégia Local de Habitação e se não me engano, se a memória não me falha, seria um projeto que teria para a Câmara um custo zero ou um valor muito reduzido, se a memória não me falha. E deixo aqui um alerta e que isso nos sirva de exemplo, para que sempre que pudermos cumprir prazos, e os procedimentos, porque o município só tinha a ganhar. Aqui vamos ter de pagar um milhão e cem mil euros, quando poderia ter tido um custo zero. Isto é que nos deve fazer refletir. Muito obrigado.”* -----

-----Solicitou a palavra a Senhora Presidente, que proferiu as seguintes palavras: -----

-----*“Primeiro deixe-me dizer-lhe que um milhão e cem mil euros é a componente elegível que nos diz respeito. Divide pelos vinte e um fogos dá quarenta e oito mil euros por cada um dos apartamentos. Portanto é algo a não perder, acho que toda a gente concorda comigo. E o valor total sem IVA é dois milhões, seiscentos e quatro mil e setecentos e vinte e um euros e com IVA passa os três milhões. Não sei precisar quantas vezes, mas acho que toda a gente se lembra que este concurso ficou deserto, ninguém pegou nele, ao ponto de nós quase termos desistido dele. E o que é que fizemos, pegamos no projeto, fizemos uma remodelação, tornamo-lo mais dinâmico, mais atrativo e voltamos a coloca-lo lá e queira Deus que tenha razão quando diz que*

*vamos gastar um milhão, porque não sabemos nunca e infelizmente isto é verdade, não sabemos nunca, se vamos ter empreiteiro.” -----*

**----- DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----**

**----- 2.10 –** Deliberar sobre a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo até ao valor de 503.263,14€ (quinhentos e três mil, duzentos e sessenta e três euros e catorze cêntimos), para financiamento da contrapartida nacional da componente não elegível de investimentos diversos - **Relatório Final e Aprovação** (nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), para efeitos do disposto no artigo 22.º (repartição de encargos) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea c) do n.º 1 do artigo 6 (compromissos plurianuais) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais - Deliberação da Câmara Municipal de 24 de abril de 2026); ---

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Antes de mais quero pedir desculpa, não quero maçar ninguém, mas estes pontos, cumpre que fiquemos todos nós esclarecidos, nós Deputados, mas também quem nos está a ouvir. Ou seja, nós temos um empréstimo de um milhão e novecentos mil euros, onde se encontra plasmada a requalificação do edifício dos Paços do Concelho. E neste empréstimo também temos na mesma plasmada, só que com um valor de quatrocentos mil euros e isto é uma pergunta direta à Senhora Presidente. Se esta requalificação é integralmente paga pelo município, ou se tem algum fundo comunitário, estamos aqui a falar de quatro centos e trinta mil euros e depois chamar a atenção, isto aqui é por isso que nós muitas vezes falamos dos empréstimos. Isto*

*é como nas famílias em casa. Temos também de ter esta atenção, porque contas por alto para os próximos dez, quinze ou vinte anos, se o dinheiro for todo gasto, setecentos mil pedidos em 2021 penso eu, um milhão e seiscentos mil euros, mais um milhão e novecentos mil euros, mais quinze mil euros, isto dá quase cinco milhões de euros, fora juros e por aí fora, e só também dizer que é importante haver investimento, mas haver investimento criterioso e com pés e cabeça para que as gerações futuras não paguem esta fatura, porque nós, os cargos são passageiros, nós estamos agora aqui, amanhã não sabemos onde estaremos e é bom termos esta noção. Muito obrigado.” -----*

*----- Solicitou a palavra a senhora Presidente da Câmara, que proferiu a seguintes palavras: -----*

*----- “Compreendo e concordo. É uma responsabilidade que temos de ter com o futuro. Deixe-me dizer-lhe duas coisas. A ITI, o Investimento Territorial Integrado da CIM, onde temos as várias áreas que estão integradas em eixos diferentes, na Câmara municipal como deve entender, fizemos tudo para conseguirmos incluir tudo o que queríamos em edifícios. A Câmara Municipal incluímo-la em eficiência energética, ou seja, tudo o que diz respeito à obra eles poderem financiar ou darem-nos um financiamento à parte, que diz respeito efetivamente à parte energética - janelas, pavimentos. Nós temos de requalificar uma série de situações, recuperar telhado, aproveitar espaços e, portanto, daí termos uma parte que a Câmara vai suportar, porque ultrapassa o valor, mas tem financiamento, se não me engano rondará os duzentos mil euros mais ou menos. Depois relativamente aos dez, quinze, vinte anos, o que estamos aqui a falar é de edifícios, portanto estamos todos descansados porque*

*daqui a dez anos, que é o tempo que precisamos para fazer a manutenção, quem vier a seguir poderá voltar a pedir empréstimos para fazer as manutenções.” -----*

**----- DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----**

**----- 2.11 –** Deliberar sobre a Prestação de Contas e Relatório de Gestão – 2025 (conforme o disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de abril de 2026); -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

*----- “Não prometo, mas acho que é a última vez que vou aqui falar hoje. Relativamente à captação de contas de 2025 que é o documento que está aqui em apreciação temos de dizer que registamos um aumento significativo de despesa com pessoal, no valor de quase quatro milhões de euros, um aumento de despesa com bens e serviços, pouca execução dos fundos europeus, um resultado líquido do exercício de 2025 continua a ser negativo, menos de um milhão e setecentos mil euros. O investimento nas freguesias foi reduzido. Falta de receitas próprias, porque oitenta por cento das receitas provêm do orçamental do Estado e não houve implementação de medidas significativas para a transição e outros assuntos que temos vindo a elencar. Meus senhores, gostava que percebessem aqui uma coisa, prestação de contas são números e a partida os números batem certo, mas eu deixo isso para o contabilista. Estamos a analisar aqui o que são as opções de políticas do executivo, no caso uma parte deste e do anterior e a sua concretização. Ora vamos lá ver se nós votamos contra o orçamento de 2025 e votamos contra, porque achávamos que o mesmo era fraco e não representava os interesses dos penaguienses. Como acham que vamos votar agora o resultado deste orçamento. É ainda para mais, na execução deste*

*orçamento, não se conseguem atingir metas consideradas por nós, satisfatórias de execução. Quer dizer o orçamento já era pouquinho e então a prestação torna-se irrisória. Meus senhores, e disto posso-lhes garantir, que não tenho dúvidas absolutamente nenhuma, que quando nos for apresentado um orçamento bom, um orçamento que nós achemos que vai ao encontro dos anseios dos penaguienses e a sua consequente prestação de contas, dúvidas não tenho, que nós voltaremos a favor desses dois documentos.” -----*

*----- Solicitou a palavra o senhor deputado Cesário Canário, que proferiu as seguintes palavras: -----*

*----- “As minhas primeiras palavras são dirigidas ao senhor Chefe de Divisão, obrigado por um documento bem construído e muito bem apresentado. Trata-se de dinheiro que é aquilo que nos preocupa a todos e nisso estamos todos de acordo. Então vamos lá ao que importa. A aprovação das contas da Câmara Municipal é como todos sabemos um processo anual e obrigatório, que envolve dois momentos distintos: o primeiro é a aprovação pelo órgão executivo e o segundo a apreciação e votação pelo órgão deliberativo neste caso a Assembleia a Municipal. O processo divide-se entre quem executa e quem fiscaliza. Ao Órgão Executivo, Câmara Municipal, compete a aprovação exclusiva dos documentos de prestação de contas. O Órgão Deliberativo, Assembleia Municipal, tem a competência de apreciar e votar os documentos submetidos pelo executivo. Como todos sabemos, esta votação tem um carácter opinativo e valorativo favorável ou desfavorável, mas não substitui a aprovação técnica feita pelo executivo. A prestação de contas segue um cronograma rigoroso definido na lei, no Regime Financeiro das Autarquias Locais. Elaboração e Aprovação, Executivo, ocorre geralmente no primeiro trimestre do ano seguinte ao que as contas*

*respeitam. Apreciação e votação, deliberativo, deve acontecer na sessão ordinária do mês de abril, também estamos a cumprir. Envio ao Tribunal de Contas. Após a votação na assembleia, as contas devem ser remetidas ao Tribunal de Contas para fiscalização da legalidade e regularidade financeira. Documentos necessários, o dossiê de prestação de contas deve incluir, no mínimo, Relatório de Gestão, explicação política e administrativa sobre a execução do orçamento. Mapas de Execução Orçamental, Balanço entre as receitas previstas/arrecadadas e as despesas realizadas. O Balanço e Demonstração de Resultados, entre estado e património da autarquia. Certificação Legal de Contas, parecer emitido por um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou auditor externo, quando aplicável. Ora, neste particular o Executivo Municipal procedeu ao estrito cumprimento da Lei, no que concerne aos prazos. Vamos então ao que mais importa salientar deste relatório de contas referente ao exercício de 2025, ou seja, qual a disponibilidade que o executivo tinha para gastar e qual foi o montante que o executivo gastou. Em linguagem simples e prática, entre o deve e o haver qual é a realidade? Verificamos que na intervenção do senhor Deputado, referiu aqui o seguinte: afinal estou a falar da demonstração de resultados a trinta de dezembro, o que é que ele disse? Mais uma vez um saldo negativo de um milhão, setecentos e vinte e oito mil, duzentos e setenta e dois euros e oitenta e três cêntimos. De facto, este número é verdadeiro só que não o devia dizer desta forma. Ele devia dizer assim: a trinta e um de dezembro o resultado foi positivo em quarenta e um mil, quinhentos e vinte e oito euros e oitenta e dois cêntimos e depois esqueceu-se, por maldade ou desconhecimento, é um problema seu, a parte negativa provém contando com as amortizações, juros, que dá exatamente, de fato este é negativo, ou seja, era impossível como sabe, na prática, era impossível que isto não acontecesse.*

Quando o senhor diz para a plateia que o resultado é negativo num milhão e qualquer coisa as pessoas ficam de fato preocupadas. Senhor deputado, isto não é forma séria de fazer política e portanto, se quiser contrariar aquilo que eu vou dizer, esteja à vontade. Repare o balanço a trinta e um de dezembro tinha um saldo de novecentos e setenta e cinco mil, trezentos e setenta e nove euros e dezoito cêntimos. Depois vamos ao quadro do resumo das receitas correntes e das despesas, pela primeira vez teve uma execução que ultrapassou os cem por cento, foi mais um pouco, foi de cem virgula zero sete por cento. No que diz respeito ao resumo das despesas correntes, teve uma execução de noventa virgula dois por cento. Quanto à execução teve uma participação de setenta e cinco virgula trinta e oito por cento que eu acho francamente muito boa. Podemos falar aqui do resumo, desde o enquadramento, da organização institucional, dos recursos humanos e por aí fora, mas temos de ir à parte que de facto deve ser referenciada. Para além de outros, um dos aspetos mais favoráveis, salienta-se o bom desempenho da receita corrente, a poupança corrente, o reforço do saldo da gerência, a forte autonomia financeira e a capacidade de mobilização de fundos para projetos estruturantes. Isto parece-me que é também da maior importância. Dito isto, este é um documento técnico e confesso que de contabilidade sei muito pouco. Agora temos de facto um documento que foi apreciado pelo parecer do Revisor Oficial de Contas, vai de seguida para o Tribunal e tenho a certeza absoluta e nem sequer estou a falar de um executivo ao qual eu não pertenci, mas tenho a certeza absoluta que está tudo certinho, não pode falhar nada. Isto está ao cêntimo, senão vejamos. Diz o parecer, no desempenho das funções que nos foram cometidas, acompanhamos com a profundidade e extensão que consideramos adequadas nas circunstâncias a atividade da entidade e ao longo do presente exercício. Que a demonstração

*financeira exprime de forma verdadeira e apropriada, eu sublinho verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a situação económica e financeira da entidade, bem como os resultados obtidos no exercício em questão. Termina dizendo, nestas condições, uma vez ponderadas as condições constantes na certificação - porque antes disto elas foram certificadas - legal das contas e verificado o cumprimento das normas legais aplicáveis, é nosso entender diz o parecer, não é do executivo nem dos senhores vereadores, é do revisor. É nosso parecer que se aprovelem os documentos de prestação de Contas da Entidade. Perante tal situação na qualidade de líder da bancada do Partido Socialista e Por Medrões Sempre, não teria outra forma de dizer que a nossa posição é votar favoravelmente. Apenas uma nota, quando o senhor Deputado Jorge disse, que quando apresentarem um Plano, um Orçamento em condições, etc, etc, nós votamos favoravelmente. Senhor Deputado, oiça, não custa nada assumir responsabilidades, você assume as suas eu assumo as minhas. Oiça, mas alguém esperava que a bancada PSD/CDS/PP, iria votar favoravelmente este documento, quando em reunião de Câmara, a vereação reprovou ou seja, votou contra. Muito obrigado.” -----*

*----- Solicitou a palavra o senhor deputado Luís Catarino, que proferiu as seguintes palavras: -----*

*----- “Relativamente ao relatório e contas, Senhora Presidente, tenho a dizer que há pouco, a sua coragem assustou-me um bocado. Você disse: 2023 tínhamos no quadro cento e quarenta e seis funcionários e em 2024 cento e sessenta e poucos e no final estamos com cento e setenta e dois, em 2025 entraram mais seis pessoas. O quadro aumentou de cento e quarenta e seis para cento e setenta e dois pessoas em dois anos e você disse, meteremos o pessoal que seja necessário. Só peço uma coisa,*

que de uma maneira racional, verifique se quem entra tem funções para executar por um ano e atributos para o cargo a ocupar por um ano, ou se será mais barato contratar uma empresa especializada para prestar esse serviço. Era só isso. -----

----- Agora em relação ao Relatório de Contas, vamos à surpresa. Ex.mo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, Ex.ma Presidente da Câmara, prezados Vereadores, prezada Vereadora, senhoras e senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta, Penaguienses. Na qualidade de deputado municipal, venho por este meio expressar o meu sentido de voto favorável á prestação de contas de 2025. Apesar de estarmos perante um resultado liquido negativo, regista-se uma recuperação de sete por cento em relação ao ano de 2024. Contudo, deve ser motivo de análise o quadro de pessoal, o qual nos últimos anos tem aumentado, de 2023 para 2024, aumento doze virgula três por cento de 2024 para 2025, aumento de cinco por cento o que dá origem a um aumento de dezasseis virgula cinco por cento no quadro de pessoal, dando origem a um custo com pessoal deveras elevado quarenta e nove virgula quatro por cento. Sabemos que a transferência de competências para o município, nas mais diversas áreas obriga a reestruturar os quadros de pessoal, contudo devemos ser cuidadosos. Regista-se que a dívida a curto prazo, tem um aumento de trinta e cinco virgula dois por cento que foi contrabalançada com a diminuição da dívida a médio e longo prazo, que diminuiu onze virgula três por cento. Verifica-se que a capacidade de endividamento do município tem margem de conforto, contudo com os dois novos empréstimos, contraídos junto BPI e com os encargos com os empréstimos anteriores, em amortizações e pagamentos de juros, o Município tem que repensar a sua política no sentido de gerar receitas. Registamos de que os novos empréstimos, visam a conservação e

*melhoramentos, dos vários imóveis do Município, preservando assim o património Municipal, bem como estão vinculadas ações de cariz social, na procura da melhoria de vida dos munícipes. Pelo exposto, o voto é favorável. Muito obrigado.” -----*

*----- Solicitou a palavra o senhor deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----*

*----- “Senhor Deputado Cesário, ora, agradecer-lhe antes de mais por nos ter vindo dizer que estamos a fazer a assembleia na altura certa que é em abril, ninguém sabia disso. E depois senhor deputado Cesário, o senhor vem sempre aqui falar que eu venho falar com maldade nas Assembleias e eu pergunto-lhe senhor deputado Cesário. É verdade ou não que passaram com o saldo de um virgula sete milhões, é verdade ou não? O Deputado Catarino, será que também veio aqui fazer essa afirmação com maldade? É a minha pergunta. E depois dizer-lhe que quando eu falei aqui, que quando nos apresentassem um orçamento bom, que cumpra os anseios da população de Santa Marta, ter coragem de dizer aqui publicamente, aqui na assembleia, que votaremos a favor, isso é que é ter coragem e honestidade. Agora desonestidade é aquilo que muitas vezes fazem aqui, quando eu ou a minha bancada faz uma intervenção e logo a seguir vem o senhor Deputado Cesário dizer tudo ao contrário e tudo aquilo que não é dito aqui. Muito obrigado.” -----*

*-----Solicitou a palavra a Senhora Presidente, que proferiu as seguintes palavras: -----*

*----- “Senhor Deputado está quase a acabar não se enerve. Acho que todos concordamos que tecnicamente ninguém tem nada a apontar a este documento, até porque é uma conjugação de contas que têm de bater certo, senão até a própria Câmara, neste caso o executivo, respondiam por isso. O que é que politicamente se apraz dizer é aqui? Vou pedir desculpa porque eu devia ter dito isto há pouco, mas*

*agora, também se adequa. O empréstimo de setecentos mil euros está praticamente pago. A gestão que foi feita no passado, permitiu-nos fazer o empréstimo agora. Também é politicamente louvável e isso também é de marcar. Há um saldo positivo de conta de gerência de oitocentos e cinquenta e três mil euros, que também é preciso reforçar e a não execução de uma determinada ação num determinado tempo não significa falhar. Todos nós sabemos que existem uma série de fatores operacionais, que às vezes não têm a ver com estratégias, mas que nos ultrapassam e volto a dizer que 2025 foi um ano como todos sabem diferente. O que nós nos propusemos a executar e o que nós nos propomos agora a executar comungam. Portanto o PPI e o PAM de 2025 não está revisto, não está desajustado, não está fora da realidade. Está como deveriam estar todos os Planos quando se passam as lideranças, mesmo que essas lideranças sejam duns partidos para outros. Ou seja, todas aquelas pessoas que seguem num determinado lugar ou função deveriam ter a possibilidade de continuar o trabalho e executar e nós tivemos essa possibilidade e isso, é de louvar. Tivemos muitas ações que vêm e decorrem e tivemos a possibilidade e, volto a referir porque é muito importante para nós, termos encontrado uma Câmara que nos permitisse fazer um empréstimo para continuar a executar.” -----*

**----- DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria, com 19 votos a favor, sendo 17 votos do Grupo Municipal do Partido Socialista e “Por Medrões Sempre”, 1 voto do deputado do CHEGA e 1 voto do deputado independente pelo movimento de cidadãos “Cumieira Sempre” e 5 votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD – CDS-PP. -----**

**---- Ponto 3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”: -----**

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrição para intervenção do público presente. -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos, foi solicitada a palavra pelo Sr. Eng.º José Alberto Moreira Araújo, ao abrigo do disposto no artigo 25.º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião, para agradecer ao Executivo Municipal pela atribuição da Medalha de Mérito Municipal - Grau Ouro, ao Centro Cultural e Desportivo de São João de Lobrigos. -----

----- *“Boa tarde a todos, vou ser breve. Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa os membros da mesa da Assembleia. Cumprimento também a senhora Presidente da Câmara, a quem aproveito para desejar os maiores sucessos na sua nobre tarefa de conduzir o dia-a-dia deste concelho, cumprimento extensível a todos os Vereadores. Cumprimento todas e todos os membros da Assembleia, bem como todos os senhores Presidentes de Junta, a quem desejo as maiores felicidades no desempenho do cargo e também pedir-lhes para que se dediquem para a valorização deste órgão tão importante. Saúdo naturalmente o público presente. É a segunda vez que estando do lado de lá participo numa assembleia municipal. A primeira vez foi aquando da desagregação de freguesias. Também tocou há minha freguesia e estive presente para participar e apoiar a desagregação que felizmente correu bem e hoje esse projeto é uma realidade. Hoje estou aqui por uma outra razão. Porque este dia e esta Assembleia hoje foi muito importante para as gentes de S. João de Lobrigos. Mais importante ainda para todos os elementos e são muitos felizmente, que passaram por lá integrando uma Instituição, que hoje foi aqui homenageada com a medalha de mérito municipal. Uma palavra de apreço para todos aqueles que ainda hoje integram essa grande estrutura*

*cultural, que é o Centro Cultural e Desportivo de Lobrigos. Muitos deles estão lá desde há cinquenta anos. Por incrível que pareça e felizmente são muitos ainda, alguns cinquenta anos depois, continuam a desempenhar as suas tarefas culturais naquela instituição. Portanto senti-me no dever de aqui estar para manifestar meu reconhecimento e a minha gratidão ao executivo municipal, por se ter lembrado e feito esta proposta maravilhosa de atribuição da medalha de mérito municipal ao CCD, Centro cultural e Desportivo. Também um agradecimento muito sentido à Assembleia Municipal, que é ela que delibera e tive oportunidade de constatar que esta proposta do executivo foi aprovada por unanimidade. É certamente uma alegria e um orgulho para toda a gente de Lobrigos. Será também um orgulho para todos aqueles que por lá passaram e que hoje continuam a dedicar com dedicação plena àquela instituição e para mim não tenho palavras. Estando na génese da criação CCD, sinto-me extremamente orgulhoso por constatar 50 anos depois, constatar que afinal aquele projeto está bem vivo, continua a desempenhar com qualidade as funções para que foi criado, com menos atividades na componente desportiva, mas culturalmente, que é aquilo que todos conhecem e que é aquilo que o senhor Presidente da Junta teve aqui uma participação maravilhosa, que traduz aquilo que é ainda hoje o Centro Cultural. Aquilo começou em dezembro de 1975 e concretizou-se em janeiro de 1976. E aconteceu porquê. Eu regressei a Lobrigos depois de andar mais tempo por fora e de estar naquela altura em 1975 a cumprir o serviço militar obrigatório, integrando uma equipa da 5ª divisão do MFA e da COMS. que veio para Viseu mais concretamente para Castro Daire desempenhar e trabalhar no que foi designado pelas campanhas de dinamização e aliás estiveram desde março, depois deu-se o 25 de novembro, a 5ª divisão foi extinta, a COMS foi extinta, regressamos a Lisboa e fomos para as*

*nossas unidades, até ficar na disponibilidade. Portanto, saí mais cedo e vim para Lobrigos e esta ideia já andava na mente de alguns jovens e foram a experiência adquirida no trabalho desenvolvido em Castro Daire, junto das populações no desenvolvimento cultural junto daquela gente, bem como a atividade de criação no incentivo ao associativismo, trazia-me o incentivo acrescido para a criação disto e foi então com outros jovens que fizemos e tomamos esta decisão. Já havia em Lobrigos alguma atividade cultural no âmbito da Igreja, onde faziam também algumas iniciativas na antiga casa do povo, mas essencialmente ligada à Igreja. Claro que tivemos que falar com ela que era a referência, ela aceitou de bom grado essa iniciativa, aderiu desde logo e foi de bom grado criada a estrutura do centro. Foi feita a escritura e nasceu o Centro Cultural e Desportivo com uma longa história ao longo destes 50 anos que todos conhecem, mas para vos dizer que a grande lacuna que na altura tínhamos, era a falta de conhecimento musical. Decidimos então criar a escola de música. Foi a grande estrutura, o alicerce fundamental para a instituição e a partir daí foi o que foi. Portanto é com orgulho que estou aqui a falar para todos vós, porque senti essa necessidade e “essa obrigação” e mais uma vez agradeço à digníssima Câmara e à Assembleia Municipal, por se terem lembrado e terem proporcionado às gentes de Lobrigos, esta medalha que é com muito gosto que a recebemos. Também aproveito para dar os parabéns ao senhor Doutor Padre Mourão, também fiquei muito contente com essa distinção e, portanto, acho que é merecida e por último um pequeno pedido, já a Junta certamente está a trabalhar nas antigas instalações da casa do povo, que precisam de uma intervenção. Há lá muito material e um espólio que precisa também de algum tratamento com dignidade e estou certo que entre a Câmara, a Junta de Freguesia e o Centro Cultural, que vai ser concretizado e*

*contaremos ali com mais uma sala de visita, não só para Lobrigos, não só para o concelho, mas fundamentalmente para este movimento que no dia-a-dia crescente da Rota Nacional 2, podemos também ter algo lá para as pessoas pararem, descerem e constatarem esta realidade que tanto nos orgulha. Obrigado a todos.” -----*

----- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Emanuel Rodrigues Costa, com funções de Chefe da Unidade de Contratação Pública, que a redigiu. A sessão foi encerrada quando eram 20h19 horas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Chefe da Unidade de Contratação Pública,

José Emílio Esteves da Silva

Emanuel Rodrigues Costa